



COLEÇÃO
RELACIONES
INTERNACIONAIS

SÉRIE Parcerias
Estratégicas
com o Brasil

Eiiti Sato

Economia e política das Relações Internacionais



PETROBRAS



FINO TRAÇO



Belo Horizonte
2012

Todos os direitos reservados à
Fino Traço Editora Ltda.
© Eitii Sato

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido
por qualquer meio sem a autorização da editora.

As ideias contidas neste livro são de responsabilidade de seu autor
e não expressam necessariamente a posição da editora.

CIP-BRASIL CATALOGAÇÃO-NA-FONTE | SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVRO, RJ

S266e

Sato, Eiiti

Economia e política das relações internacionais / Eiiti Sato. - Belo Horizonte, MG :
Fino Traço, 2012.

236p. (Relações internacionais ; 7)

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-8054-072-7

1. Economia. 2. Política econômica. 3. Relações econômicas internacionais. I. Título.
II. Série.

12-5190.

CDD: 337

CDU: 338.22

20.07.12 01.08.12

037558

COORDENAÇÃO EDITORIAL
COLEÇÃO RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Antônio Carlos Lessa | UNB
Henrique Altemani de Oliveira | PUC-SP

Fino Traço Editora Ltda.
Rua dos Caetés, 530 sala 1113 – Centro
Belo Horizonte. MG. Brasil
Telefax: (31) 3212 9444
www.finotracoeditora.com.br

A área de Relações Internacionais tem crescido substancialmente ao longo das últimas décadas no Brasil, traduzindo tanto a complexidade da inserção internacional do país, quanto a dinamização do debate social sobre os temas relativos à política externa e à política internacional contemporânea. A Coleção Relações Internacionais publica estudos científicos originais sobre os grandes temas da agenda internacional contemporânea, em suas múltiplas perspectivas. Os trabalhos versam sobre Política Internacional, Economia Política Internacional, Política Externa Brasileira, Direito das Relações Internacionais, Teoria das Relações Internacionais, Análise da Política Externa e História das Relações Internacionais.



Sumário

Introdução	11
CAPÍTULO 1	
O conceito de ordem econômica internacional: regimes e seus fundamentos.....	21
As componentes tangíveis da ordem econômica internacional	27
Os elementos intangíveis da ordem econômica internacional.....	31
CAPÍTULO 2	
A demanda por crescimento e a ordem econômica internacional	37
A demanda por crescimento faz parte da natureza do capitalismo.....	37
Crescimento e estabilidade econômica e política	41
Mudanças, crises e padrões de crescimento	44
A experiência histórica.....	49
CAPÍTULO 3	
O padrão-ouro e o mundo liberal do século XIX	53
A ordem política: um meio internacional anárquico	53
O surgimento de uma economia global.....	57
O papel do comércio no século XIX	63
Movimentos internacionais de capital e de trabalho	66
O padrão-ouro: um sistema monetário coerente com a ordem liberal.....	69
As economias periféricas para o sistema do padrão-ouro.....	73
A percepção do padrão-ouro a partir da periferia.....	76
CAPÍTULO 4	
A Crise do Modelo Liberal do século XIX: 1919-1939	81
Unilateralismo e hegemonia no entre-guerras.....	81
A crise dos mercados de bens primários.....	89
O padrão-ouro do pós-guerra: um arranjo artificial	94

A necessidade de uma nova ordem na economia internacional.....	96
Redefinindo as relações centro-periferia.....	98
As economias periféricas na reorganização do entre-guerras.....	102

CAPÍTULO 5

A ordem de Bretton Woods: reconstrução, Guerra Fria e liberalismo assistido 105

Ordem internacional: Uma ordem liberal complexa num mundo dividido ...	105
As memórias da crise da década de 1930	106
As características do novo país central	109
A bipolaridade e a guerra fria.....	112
O liberalismo assistido do pós-guerra.....	118
A ordem econômica internacional depois de 1945	122
A organização do comércio no pós-guerra.....	126
O crescimento econômico induzido pelo capital externo	130

CAPÍTULO 6

O esgotamento da ordem de Bretton Woods: A crise do petróleo e o endividamento do Terceiro Mundo 139

A crise das percepções na ordem internacional	139
A crise do otimismo norte-americano do pós-guerra	143
O Terceiro Mundo e a demanda por uma nova ordem econômica internacional.....	147
A crise da dívida externa dos anos de 1980.....	154
Incentivos para o endividamento no Terceiro Mundo.....	157

CAPÍTULO 7

A ordem econômica da globalização e o novo liberalismo 167

A volta da multipolaridade	167
O fim da bipolaridade ideológica	173
Uma nova economia internacional	175
Um novo liberalismo sem a hegemonia norte-americana.....	180
Os países periféricos na ordem econômica internacional da globalização....	188

CONCLUSÃO

A nova ordem econômica: Mudança, estabilidade e perspectivas de
cooperação internacional 193

 Crise e crescimento numa perspectiva histórica..... 194

 Uma nova relação de poder, regimes internacionais com maior poder vinculante
 e mais globalização 199

 Tecnologias limpas: um novo patamar tecnológico 203

 Estabilidade e conflito na nova Estrutura de relações internacionais..... 205

Tabelas 213

Referências bibliográficas 225



Introdução

A economia política internacional: conceito e propósitos de
uma ordem econômica internacional

Economias nacionais em um mundo globalizado

A principal ideia desenvolvida neste livro é a de que a forma pela qual um país vê o meio internacional é fundamental para sua prosperidade, para o sucesso ou o fracasso de suas políticas. Não importa se o meio internacional é visto com benevolência ou com sentimento hostil, se gostamos ou não do que vemos no meio internacional. Trata-se de uma realidade com a qual é preciso conviver e, portanto, uma realidade a ser adequadamente compreendida.

Quando se diz que as economias hoje são globalizadas, não se está dizendo que os governos nacionais nada podem fazer diante das forças em ação no meio internacional, mas está se dizendo, isto sim, que a prosperidade e a pobreza continuam dependendo das políticas nacionais, mas o sucesso ou o fracasso dessas políticas nacionais dependem em larga medida das estratégias pelas quais os governos nacionais constroem as conexões do país com a realidade internacional, composta por um complexo jogo de forças no qual atuam outros governos com outros interesses, corporações empresariais e toda sorte de organizações públicas e privadas.

Além das preocupações e do sentimento de insegurança, as crises evidenciam a existência de uma verdadeira economia internacional estruturada sobre práticas e instituições articuladas formando um verdadeiro sistema que liga governos, empresas e mercados em todo o mundo. Um exemplo interessante é o do transporte aéreo. As linhas aéreas seguem as determinações das autoridades nacionais, mas também levam em conta o que ocorre com as condições, as normas legais e os padrões técnicos compartilhados com outros países. Numa rota estabelecida de forma regular, o avião decola de um aeroporto no Brasil, sobrevoa o espaço aéreo de vários países e, quando chegar ao aeroporto de destino, o local de desembarque estará preparado e os passageiros estarão de posse da documentação necessária e estarão também cientes dos procedimentos a serem seguidos diante das autoridades aduaneiras e da imigração. A tripulação será substituída e o avião será devidamente limpo e reabastecido por uma equipe local para, logo

em seguida, ocupar seus assentos com uma nova leva de passageiros, que já se encontrava à espera do voo naquele aeroporto, tendo por destino o Brasil ou algum outro país para onde o avião deverá seguir viagem. A narrativa desse exemplo poderia continuar se estendendo para outras dimensões e etapas envolvidas na operação de uma linha aérea internacional: a composição dos custos, as formas de pagamento, o pagamento de indenizações por eventual extravio de bagagem e toda sorte operações realizadas de forma organizada em praticamente todos os países em torno dos milhares de rotas aéreas nacionais e internacionais operadas diariamente.

Ganhos e perdas das companhias aéreas vão ocorrer dependendo de como se movimentam dentro desse espaço efetivamente internacional e integrado de forma global. O caso das linhas aéreas retrata bem o que ocorre com a atividade econômica em nossos dias e serve para indicar porque tanto as crises como os ganhos não ficam restritos à economia de um país, por mais rico e poderoso que seja esse país. Na verdade, mesmo um produto que sai de uma fábrica nacional e é consumido no próprio país, muito dificilmente não terá insumos e componentes importados e seu preço não estará sendo influenciado por aquilo que ocorre em mercados estrangeiros. Essa é, basicamente, a realidade dentro da qual se move a atividade econômica em nossos dias. Independente da denominação que se dê a esse fenômeno, o fato é que as atividades econômicas em todo o mundo atingiram um grau de integração que torna virtualmente impossível compreender e administrar qualquer empresa ou economia nacional sem levar em conta o que ocorre na esfera internacional.

Tudo indica que o estudioso de nossos dias, na construção de seu pensamento, precisa percorrer um caminho semelhante àquele percorrido por Jean Bodin. O objetivo de Bodin em sua famosa obra *Les Six Livres de la Republique* (1576) era oferecer um compêndio que explicasse as leis e a estrutura do Estado francês e, para fazê-lo, sentiu a necessidade de explicar antes o conceito de *Soberania* (Livro I). Numa época em que práticas e códigos de conduta social e política ainda estavam fortemente assentados em instituições universais – a Igreja era a mais notável, mas existiam muitas outras instituições universais – Bodin percebeu que para se compreender adequadamente o Estado francês e seu funcionamento, era preciso, antes, definir os limites nacionais, isto é, onde começavam e até onde se estendiam as leis e a autoridade do Estado francês. Nestes tempos de globalização algo semelhante ocorre, porém no sentido inverso ao que ocorria no século XVI. À época de Bodin, a soberania como prerrogativa intrínseca dos Estados Nacionais estava emergindo diante de uma realidade de valores e instituições universais, enquanto em nosso tempo são as instituições e práticas universais

que emergem diante de Estados construídos e consolidados sobre a noção de soberania. A soberania é hoje um valor considerado indiscutível, não há constituição que não estabeleça em sua introdução o nome pelo qual aquela particular soberania será chamada e, entre os princípios básicos estabelecidos nas constituições de qualquer Estado moderno, está o princípio da soberania. Em toda parte, os governos, independente do partido ou da ideologia no poder, têm na soberania um princípio basilar da própria existência daquele Estado. Os movimentos separatistas, invariavelmente, lutam pelo estabelecimento de um Estado soberano para seus seguidores.

Diante desse quadro, o avanço da integração internacional, hoje genericamente referido como globalização, tornou a realidade internacional um fator relevante para todas as dimensões da vida em sociedade, sendo difícil compreender as instituições nacionais sem observar também o cenário internacional. Na esfera da economia, na qual esse fenômeno é mais visível – até em termos quantitativos –, é inevitável que os interesses dos indivíduos, das empresas e dos Estados se conectem com os interesses, as iniciativas, as oportunidades e também com os problemas situados para além dos limites de sua soberania. Como esses interesses e conexões não são eventuais, mas evoluíram formando sistemas e subsistemas, no campo do pensamento foram desenvolvidos conceitos como o de regimes internacionais para interpretar os arranjos permanentes na esfera internacional e o conceito de “subsidiariedade” que procura capturar de forma inteligível o fenômeno da existência paradoxal de soberanias e de instâncias de autoridade notavelmente supranacionais.

Alguns arranjos internacionais na esfera da economia são mais claramente definidos e com maior capacidade vinculante, enquanto outros são menos definidos e menos capazes de estabelecer normas e regras para aqueles que atuam no setor. De qualquer forma, os impactos dos fenômenos que ocorrem num país ou numa região se propagam de maneira crescente na esfera internacional e, por essa razão, as instituições e as práticas econômicas mais relevantes dentro das soberanias levam em conta o que ocorre além de suas fronteiras, no meio internacional. Quanto mais a sociedade é moderna e organizada, mais o sucesso ou o fracasso de seus empreendimentos depende do que ocorre nos mercados e nas iniciativas em curso em outros países e outras regiões. Em nosso tempo, tornou-se virtualmente impossível compreender o comportamento e o potencial de problemas e oportunidades de uma economia sem levar em conta o que ocorre na esfera internacional. Em suma, um pensador como Bodin que, em nossos dias, quisesse descrever e explicar como é e como funcionam as instituições políticas e a economia de um país, precisaria levar em conta o

meio internacional, isto é, os mercados, os padrões técnicos, as tendências no comportamento, em suma, os vários regimes que orientam a convivência internacional.

Estado e mercado: duas faces de uma moeda

A outra face desse mundo da economia globalizada diz respeito à sua estrutura e à sua composição. Não há fenômeno econômico feito apenas da interação entre indivíduos ou entre firmas, entre compradores e vendedores, entre investidores e tomadores de capital. Há sempre a participação de instâncias de autoridade, notadamente o Estado. A expressão “economia política” em outros tempos designava a própria ciência da economia¹ e esse fato se refletia nas obras que formaram as primeiras bases do pensamento econômico. A temática da economia política aparecia claramente nas obras de Quesnay, Say, Smith, Ricardo e Stuart Mill. O pensamento liberal contido nessas obras via com desconfiança a ação do Estado na economia e disseminou-se pelas principais economias ao longo de todo o século XIX. A famosa máxima herdada dos fisiocratas – *laissez-faire, laissez-passer* – era uma recomendação no sentido de que o Estado não interferisse nos negócios, isto é, o governante que buscasse a prosperidade do reino (hoje, dir-se-ia do país) deveria evitar a interferência do Estado. É preciso considerar que até o advento dos fisiocratas não se reconhecia a esfera econômica como uma esfera distinta da ordem jurídica e política. Taxas, impostos, obrigações e regras de conduta no campo e nas cidades eram estabelecidas tendo em vista guerras, orientações religiosas ou simplesmente o prestígio de príncipes e de casas reais. Dessa forma, ao tempo dos fisiocratas, a interferência do Estado estava fortemente associada à opressão imposta ao homem do campo, aos artesãos da indústria nascente e aos que se dedicavam aos negócios em geral. O pensamento liberal difundiu a noção inovadora de que o homem livre – artesão, agricultor ou negociante – que lutava pela melhoria de suas condições estava lutando pelo aumento da produção e, ao fazê-lo, contribuía para a prosperidade do reino. Por essa razão, o liberalismo não contrastava

¹ George J. Stigler traça a trajetória do *Palgrave Dictionary of Economics*, que nasceu em 1894 como *Palgrave Dictionary of Political Economy*, no qual se definia como objetivo do dicionário apresentar a economia política de tal modo a “to provide the student with such assistance as may enable him to understand the position of economic thought at the present time, and to pursue such branches of inquiry as may be necessary for that end.” *Journal of Economic Literature*, vol. XXVI (Dec. 1988:1729-1736).

com o Estado nacional que se afirmava, muito ao contrário, a prática do liberalismo dependia da existência de soberanos fortes o suficiente para garantir o livre exercício de seus ofícios, assegurando dentro de suas fronteiras direitos individuais e coletivos a agricultores, artesãos e negociantes. Desde a crise da década de 1930, esse papel do Estado foi substancialmente revisto. Hoje o Estado participa ativamente das economias não apenas com seus instrumentos normativos e fiscais, mas também como o grande ator econômico. Hoje, o Estado já é, de longe, o ator econômico mais importante, pois, na maioria das economias modernas, o orçamento público representa mais de 40% de todos os gastos das economias nacionais e as motivações dos gastos governamentais geralmente não seguem a lógica do mercado, ao contrário, são gastos para fins sociais, para assegurar defesa estratégica e até para promover o crescimento econômico de curto e de longo prazo, isto é, para mudar as condições do mercado. Nesse quadro, Susan Strange propõe o entendimento do mundo dos fenômenos econômicos como um sistema formado pela interação entre dois mundos inseparáveis: o da economia e o da política, entre a lógica do mercado e a lógica que orienta a ação do Estado e das instâncias de autoridade de uma forma geral ². Na realidade, até mesmo as ações na esfera da informalidade a interação dessa lógica se verifica. O “flanelinha” não pode simplesmente instalar-se num estacionamento público porque observa que naquele local o movimento é melhor e as possibilidades de ganho são maiores. Além das leis que restringem essa possibilidade, muito provavelmente haverá alguém mais forte, geralmente já organizado em forma de “gangue”, que literalmente apropriou-se do local exercendo assim uma autoridade informal, mas efetiva, sobre aquele estacionamento. Na realidade, em grande medida, essa é a forma como os estudiosos de relações internacionais têm entendido a designação *Economia Política Internacional*, isto é, presume-se que mercados reagem em face de oportunidades de ganhos, mas reagem também diante de turbulências políticas que por ventura ocorram no próprio país ou numa região importante para uma atividade econômica. Assim, o surgimento de novos mercados e de novas fontes de matérias-primas, ou o desenvolvimento de tecnologias importantes para a indústria, são tão importantes para a prosperidade econômica quanto a ação dos governos e de outras autoridades motivadas por razões políticas, estratégicas e até por razões humanitárias. Por outro lado, governos orientam investimentos, criam facilidades ou estabelecem

²S. Strange, na obra *States and Markets* (Pinter Pub. London, 1988), argumenta que não há fenômeno econômico que possa ser adequadamente interpretado apenas como fato econômico, da mesma maneira que um fato político tem fundamentos econômicos e, inevitavelmente, produz consequências econômicas.

barreiras fiscais e legais com o intuito de enfrentar oscilações na demanda de produtos exportados ou para modernizar e aumentar a competitividade de suas economias. Em outras palavras, a defesa de interesses e a busca por ganhos podem influenciar o curso das transações econômicas tanto como os governos, que buscam objetivos políticos tais como aumentar sua influência numa certa região ou reduzir o desemprego e as pressões inflacionárias na esfera doméstica.

Uma ordem econômica internacional

O objetivo principal desta obra, ao tratar da economia política internacional, é discutir a formação de práticas e instituições formais e informais que orientam as transações econômicas na esfera internacional. Comércio, fluxos financeiros, moedas e mecanismos de pagamentos utilizados nas transações econômicas não constituem fenômenos aleatórios, mas seguem princípios, normas e até mesmo regras institucionalizadas que refletem a existência de uma verdadeira ordem econômica internacional. Essa ordem estabelece orientações para os fluxos de bens, de serviços e de fundos que, em última instância, determinam o que será recompensado e o que será virtualmente punido nas transações econômicas, isto é, orientam o processo de formação e distribuição da riqueza.

Assim, a noção de ordem pressupõe a existência de propósitos para as instituições. Os fluxos comerciais e financeiros, bem como as instituições monetárias, são organizados tendo em vista os fins perseguidos pelos agentes que realizam as transações econômicas. Na essência, o que se busca nas transações econômicas é o ganho, mas apenas o ganho não basta, é preciso também segurança e estabilidade. Dessa forma, o objetivo da ordem econômica é paradoxal, pois ao mesmo tempo em que busca a estabilidade, busca também o crescimento. Esta obra procura discutir a evolução da ordem econômica internacional como um processo verdadeiramente dialético no qual essas duas forças paradoxais – estabilidade e crescimento – estão na base das transformações que movem as práticas e as instituições econômicas. Nessa perspectiva a noção de sistema pode ajudar o entendimento do processo pelo qual atores, práticas e instituições dão forma ordenada à economia internacional.

O conceito de sistema comporta muitas controvérsias e a discussão dessas controvérsias foge completamente aos propósitos deste trabalho, sendo, portanto, importante delimitar a forma como esse conceito é aqui empregado

de maneira estritamente instrumental. Assim, será tomado como ponto de partida o entendimento oferecido por Parsons & Smelser no sentido de que os sistemas e subsistemas sociais são formados por processos de interação sistemática entre atores no nível social e cultural ³. Como sistema social, as relações econômicas internacionais trazem consigo as naturais dificuldades de se delimitar com precisão suas fronteiras, isto é, em que medida instituições e fenômenos econômicos internacionais devem ser considerados afeitos a esse sistema e não a outro sistema ou subsistema social. Uma forma de abordar a questão é considerar que todos os sistemas possuem propósitos, formam-se ou são formados com objetivos determinados. No caso do sistema de relações econômicas internacionais (que neste trabalho será chamado de ordem econômica internacional), observa-se que existem dois propósitos predominantes que são, em grande medida, contraditórios e interdependentes: crescimento e estabilidade.

O crescimento está na base das motivações que tanto levam os atores a se engajarem em arranjos estruturados e permanentes como a tomarem iniciativas para inovar e buscar novos caminhos para os negócios. Nesse sentido, o crescimento constitui um propósito a ser perseguido, consciente ou inconscientemente, sendo fundamental para a estabilidade da ordem econômica internacional, já que a ausência de crescimento gera tensões e pressões por mudanças nos padrões e nos regimes que orientam os fluxos de comércio, a destinação dos investimentos e as instituições monetárias.

Por outro lado, o crescimento é também uma força desorganizadora, portanto desestabilizadora da ordem, uma vez que, além de se basear na mudança e na introdução de novas maneiras de gerar riqueza, o crescimento não ocorre de maneira uniforme em todas as partes do sistema. Na realidade, o processo de crescimento não favorece igualmente os diferentes setores da atividade econômica e, geralmente, retira o dinamismo de algumas indústrias enquanto cria estímulos e oportunidades para outras. Nas últimas décadas, indústrias como a das telecomunicações cresceram de maneira exponencial enquanto a produção de alimentos praticamente se limitou a acompanhar o crescimento das populações e da renda dos segmentos mais

³ “A social system is the system generated by any process of interaction on the social-cultural level, between two or more actors. The actor is either a concrete human individual or a collectivity of which a plurality of persons are members” (T. Parsons & N. J. Smelser, *Economy and Society*:8. Routledge & Kegan Paul, London, 1956). A discussão sobre uma teoria geral dos sistemas tem sido debatida por muitos autores, entre eles um dos mais notáveis é Ludwig von Bertalanffy que difundiu esse debate no entre-guerras (ver L. V. Bertalanffy, *Perspectives on General System Theory*, George Brazilly, N. York, 1974).

pobres. Além disso, em ambos os casos, houve mudanças substanciais na tecnologia significando que os mercados de trabalho e as empresas e organizações que atuam nesses setores também mudaram. O mesmo aconteceu com as nações. Nas últimas décadas, algumas economias asiáticas cresceram a taxas bastante elevadas, enquanto as latino-americanas e as economias mais avançadas, por diferentes razões, tiveram um desempenho bem modesto. Essas diferenças de desempenho resultaram, em larga medida, do grau de adaptação às condições oferecidas pela ordem econômica internacional. Disponibilidade de fatores, capacidade tecnológica e até mesmo elementos difíceis de serem caracterizados e mensurados como padrões culturais e “vontade nacional” influenciam essas diferenças de desempenho. O fato é que, continuamente, mesmo que às vezes de forma imperceptível, o ambiente e as condições para os negócios alteram-se continuamente, gerando pressões por mudanças. As pressões podem aparecer tanto no sentido de alterar padrões e práticas vigentes no comércio e nos fluxos de investimentos, como nas estruturas que orientam os processos decisórios na esfera das relações econômicas internacionais. As crises são, geralmente, momentos em que os mecanismos adaptativos do sistema tornam-se incapazes de absorver as pressões sem que haja rupturas.

Todas as nações, em algum momento, podem passar por situações de escassez, de dificuldade e até por crises econômicas prolongadas, sem que as origens dos problemas tenham, necessariamente, relação direta com o ambiente proporcionado pela economia internacional. Na realidade, não é incomum, infelizmente, governos nacionais produzirem políticas econômicas desastrosas ou simplesmente se negarem a tomar medidas de ajustamento difíceis, mas necessárias, porque poderiam gerar desgastes políticos altamente indesejáveis. O fato de os maus governantes, e os analistas que os apoiam, insistirem em culpar instituições e regimes internacionais pelos seus próprios equívocos e fraquezas não altera o fato de que, enquanto uma parcela significativa de nações está progredindo e obtendo ganhos expressivos, outras – as economias mal administradas – permanecem estagnadas ou perdem sua capacidade de gerar riquezas. O resultado é que, em muitos países, frequentemente, maus governos são as causas mais próximas de processos inflacionários e de outros males que, não raro, acabam por comprometer a prosperidade nacional. Além disso, desastres naturais não ocorrem de maneira uniforme e seus efeitos também se fazem sentir de modo substancialmente diferente nos diferentes países e regiões do mundo. Comparado com outras regiões, pode-se dizer que o Brasil é pouco castigado por grandes desastres naturais e também que as economias mais estruturadas desenvolveram ao longo do tempo mecanismos de prevenção

e de compensação, fazendo com que os efeitos de tempestades, enchentes, terremotos e outras formas de desastres naturais sejam menos danosos do que em sociedades pobres e mais desprotegidas. Assim, o objeto desta obra não é o de discutir oscilações nas economias nacionais, por mais importantes que sejam essas economias, mas apenas discutir o comportamento da economia como sistema de amplitude global, que influencia de muitas maneiras as perspectivas de prosperidade das economias nacionais.

Cada crise econômica de âmbito internacional tem suas próprias raízes e seus próprios desdobramentos, mas, invariavelmente, todas elas apresentam em comum o fato de que seu desencadeamento se associa à disseminação do sentimento de que a demanda por crescimento não poderá ser atendida satisfatoriamente pelas instituições e práticas vigentes. A questão levantada pode parecer um tanto óbvia, mas talvez seja exatamente por essa razão que a relação entre crescimento e ordem econômica internacional não é tratada com o devido cuidado, mas tão somente como um truísmo que não exige maior atenção. Na verdade, o que parece óbvio e simples não desperta muito a atenção do especialista, mais preocupado em descobrir motivações e razões ocultas e complicadas. Num dos vários ensaios que escreveu sobre personagens da história e aspectos da vida cotidiana, o filósofo David Hume já criticava os autores preocupados em sempre surpreender e mostrar o lado inusitado das coisas (Hume, 2004:323-329). O argumento desenvolvido neste trabalho é o de que o problema do crescimento constitui uma chave importante para se compreender o funcionamento da ordem econômica internacional e porque grandes crises têm, de tempos em tempos, assolado a economia mundial.

Com a economia mundial vista sob essa ótica, parece menos complicado compreender por que as grandes crises na economia mundial, também chamada de crises sistêmicas, caracterizam-se pela dificuldade generalizada de gerar crescimento. O trabalho procura mostrar também por que é preciso levar em conta que as economias não sofrem igualmente os efeitos de uma crise generalizada, mas uma crise prenuncia que haverá mudanças nos regimes que orientam a atividade econômica e que as economias nacionais, independente da profundidade e da natureza dos efeitos que tenham sofrido, deverão se ajustar a uma nova ordem econômica internacional em formação que será caracterizada por um novo horizonte tanto de oportunidades como de problemas. Em suma, o entendimento geral que orienta este trabalho é o de que a crise na ordem econômica internacional significa, em sua essência, incapacidade de oferecer mecanismos e um ambiente institucional condizente com práticas econômicas em condições de promover o crescimento econômico. A dificuldade para os governos e para as organizações

INTRODUÇÃO

econômicas é que as práticas e instituições que orientam a condução do comércio e dos fluxos de investimentos geralmente não caminham no mesmo compasso dos problemas e das oportunidades que emergem da dinâmica das transações econômicas internacionais. Essa é, na realidade, a grande dificuldade dos formuladores de políticas. Geralmente há uma boa percepção do que não está funcionando, mas o surgimento de uma nova ordem estará sempre sujeito às forças que tornam o ambiente da economia internacional anárquico e incerto, um ambiente no qual o conhecimento técnico, embora importante, está longe de ser suficiente. Quando esse descompasso se torna demasiado grande, impedindo a acomodação de interesses de atores relevantes, a crise se instala, desencadeando, dessa forma, o questionamento das práticas e das instituições econômicas, isto é, dos princípios, normas, regras e dos mecanismos que compõem o processo decisório nas esferas que comandam a ordem econômica internacional.